VIII Congresso de Ginástica Para Todos

7 a 9 de novembro - Caldas Novas - Goiás - Brasil

Ecos da história: territorialização da GPT no Brasil

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM UM GRUPO DE DANÇA EM CADEIRA DE RODAS

Adria Santos da Silva¹⁷²
<u>raissasantos.adv@gmail.com</u>
Lionela da Silva Corrêa¹⁷³
lionela@ufam.edu.br

A dança inclusiva é um trabalho que inclui pessoas com deficiência na qual a ênfase está no processo do resultado artístico, mas sem desprezar os focos terapêuticos e educacionais, levando em consideração a possibilidade de mudança da imagem social e inclusão social dessas pessoas, pela arte de dançar (BRAGA et al, 2002). A dança em cadeira de rodas é uma modalidade de dança inclusiva que teve início no Brasil, a partir de 1990, sendo desenvolvida por grupos independentes vinculados às Universidades, Associação de Deficientes, Prefeituras Municipais, de Reabilitações e algumas Escolas de Dança (FERREIRA; FERREIRA, 2004). Em Manaus existem algumas iniciativas de dança em cadeira de rodas, uma delas é o projeto de extensão "Dança para pessoas com deficiência - DAPD". Esse projeto é realizado na faculdade de Educação física e fisioterapia da Universidade Federal do Amazonas, em que oferece atividades de dança gratuita para pessoas com deficiência, no qual tem apresentado bons resultados para seus praticantes. O objetivo desse trabalho é relatar minha experiência como acadêmica em educação física na turma de dança em cadeira de rodas do projeto DAPD, vinculado ao Programa de Dança e Atividades Circenses e Ginásticas – PRODAGIN. As aulas do DADP acontecem duas vezes na semana com uma hora e meia de duração, é composta por seis alunos usuários de cadeira de rodas, e por trabalhar a dança de salão essa turma também integra pessoas sem deficiência (acadêmicos de educação física voluntários no projeto), são seis andantes (na qual eu sou uma das participantes). Durante as aulas os professores ensinam coreografias de diversos ritmos. Ao adentrar na turma me vi impressionada com a capacidade deles (usuários de cadeira de rodas) de desenvolver a dança, era muito diferente do que eu presumia, pois eu julgava que literalmente não tinham capacidade para dançar e que não eram autossufientes para a realização do movimento proposto durante a aula, ou seja, a minha visão era preconceituosa em relação a eles. Segundo Maciel (2000) o processo de exclusão social de pessoas com deficiência é tão antigo quanto a socialização do homem. A estrutura das sociedades, desde os seus primórdios, sempre inabilitou a pessoa de deficiência, dando mais atenção aos impedimentos e às aparências do que aos potenciais e capacidades dessas pessoas. Pensando na historicidade da dança, conforme Ferreira e Ferreira (2004), pode-se entender como sendo seus elementos culturais: a estética e a performance. Deste modo, quando se pensa em dança para a pessoa com deficiência física, incorporando um elemento considerado objeto de significado na gestualidade do movimento, que é a cadeira de rodas, ela traz consigo as marcas da história, que é vista de forma negativa. Assim, ao iniciar as aulas tive grande dificuldade, pois não sabia como lidar com os alunos, visto que por minha falta de conhecimento em relação a dança para usuários de cadeira de rodas imaginava que seria responsável por conduzir as cadeiras, mas após o primeiro contato vi que não seria necessário pois os cadeirantes eram muito habilidosos. Assim, no decorrer das aulas, pude obter uma nova visão em relação aos cadeirantes, percebi que eles eram muito independentes, capazes de elaborar sozinhos algumas coreografias e executá-las, além de possuírem muito carisma, dessa

Anais VIII Congresso de Ginástica para Todos – 07 a 09 de novembro de 2019 – Caldas Novas - Goiás

¹⁷² Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

¹⁷³ Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – orientadora do projeto de extensão

VIII Congresso de Ginástica Para Todos

7 a 9 de novembro - Caldas Novas - Goiás - Brasil

Ecos da história: territorialização da GPT no Brasil

forma eu mudei minha atitude em relação a eles. De acordo com Rodrigues, Assmar e Jablonsk (2009) as atitudes se formam durante nosso processo de socialização, e decorrem de processos comuns da aprendizagem (reforço, modelagem); podem surgir em atendimento a certas funções; são consequências de características individuais de personalidade ou de determinantes sociais; e ainda podem se formar em consequência de processos cognitivos (busca de equilíbrio, busca de consonância). Sendo assim, pode-se definir atitude social como sendo uma organização duradoura de crenças e cognições em geral, dotada de carga afetiva pró ou contra um objeto social definido, que predispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos relativos a este objeto. As atitudes, de acordo com Baleotti e Omote (2007) são integradas por três componentes claramente discerníeis: o componente cognitivo, o componente afetivo e o componente comportamental. O componente cognitivo é constituído pelas crencas, conhecimento, maneira de encarar o objeto social. O componente afetivo é definido como sendo um sentimento pró ou contra um determinado objeto social, é o componente mais característico das atitudes sociais. O componente comportamental é a combinação da cognição e afeto como instigador de comportamentos dadas determinadas situações. Segundo Omote (2005) o contato com indivíduos que compõem o objeto atitudinal é um importante meio de as pessoas obterem informações e dados que podem se contrastar com suas crencas e sentimentos em relação a eles. A literatura especializada da área traz descrição de ampla diversidade de procedimentos e técnicas para mudança de atitudes sociais, muitas delas baseadas na criação de condições que, mediante a manipulação de componentes cognitivos, afetivos ou comportamentais, levam as pessoas a vivenciarem informações ou fatos que contrariam suas crenças e sentimentos em relação ao objeto atitudinal, apresentando-o de modo mais positivo. Portanto, enfatizamos a importância do contato dos acadêmicos com o trabalho realizado com pessoas com deficiência a fim de contribuir com a inclusão social delas e com a mudança de atitudes frente a elas, ajudando a diminuir a visão comum de pensar que uma pessoa com deficiência física, usuária de cadeira de rodas, nunca poderá dancar.

Palavras Chave: Deficiência física; dança; dança em cadeira de rodas.

Referências

BALEOTTI, L. R.; OMOTE, S. Descrição das atitudes sociais em relação à inclusão escolar do aluno deficiente. In: **Anais** do IX Congresso brasileiro multidisciplinar de educação especial, Londrina, 2007.

BRAGA, M. D. et al. Benefícios da dança esporte para pessoas com deficiência física. **Revista Neurociência**, v.10, n. 3, p.153-157, 2002.

FERREIRA, E. L.; FERREIRA, M. B. A possibilidade do movimento corporal na dança em cadeira de rodas. **R. bras. Ci. e Mov. Brasília** v. 12 n. 4 p. 13-17, 2004.

MACIEL, M. G. Portadores de deficiência a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 2, p. 51-56, 2000.

OMOTE. S. et al. Mudança de atitudes sociais em relação a inclusão. **Paidéia**, v. 15, n. 32, p. 387-398, 2005.

RODRIGUES, A., ASSMAR, M. L.; JABLONSKI, B. **Psicologia Social I**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.